

Surveillance in Latin America

"Vigilância, Segurança e Controle Social" . PUCPR . Curitiba . Brasil . 4-6 de março de 2009

ISSN 2175-9596

OS OLHOS QUE ATRAVESSAM A CIDADE E DESLOCAM OS SENTIDOS

Eyes goes through the city and displaces meanings

Marta Mourão Kanashiro^a

^(a) Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, Unicamp, Campinas, SP – Brasil, e-mail: mmk@unicamp.br

Resumo

Este trabalho traz elementos para uma análise inicial do *Programa Um Olho no Céu*, um projeto experimental implementado em setembro de 2002, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, para o monitoramento de áreas da cidade consideradas críticas em seus índices de criminalidade. As principais fontes são textos de jornais e revistas que circularam no período, o relatório final do projeto redigido pela empresa Lightship Brasil (ativamente envolvida em sua execução), e uma entrevista com um membro do governo nesse período. O artigo é composto pelo mapeamento das características gerais desse programa e pelo apontamento de novos discursos, deslocamentos e esvaziamentos de sentido, observados nesse programa e em comparação com uma pesquisa sobre o monitoramento no Parque da Luz, no centro de São Paulo, entre os anos de 2002 e 2005. Dentre as proximidades, destaca-se em ambos os casos, a transformação da segurança em mercadoria, e dentre as diferenças, vale sublinhar o deslocamento na cidade do Rio de Janeiro, de um ideário militar para a segurança nas cidades, em especial por meio da centralidade no programa do conceito C3I (sigla das funções militares: comando, comunicação, controle e inteligência ou informação). O programa carioca revela possibilidades de compreensão do funcionamento do poder na atualidade e sinaliza para além da “metrópole punitiva” (DE GIORGI, 2006) e da “militarização do espaço público” (DAVIS, 1993), o acirramento do conflito em determinadas áreas da cidade que torna concreta a definição da “política como guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 2002).

Palavras Chave: vigilância, segurança, guerra, poder, cidade

Abstract

This work provides elements for an initial analyses of Program An Eye In The Sky, an experimental project implemented in September 2002 by Secretary of Public Security of Rio de Janeiro, for the monitoring areas of the city considered critics in its rates of crime. The main sources are texts of newspapers and magazines that circulated in the period, the final report of the project drawn up by Lightship Brazil (actively involved in implementation), and an interview with a member of the government

Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina, Curitiba, p. 112-133. ISSN 2175-9596

Organizadores: Rodrigo Firmino, Fernanda Bruno e Marta Kanashiro.

in that period. The article is composed of the mapping of the general characteristics of this program and the appointment of new discourses, displacements and emptied of meaning, found this program and compared with a study on the monitoring of Parque da Luz, a park in the center of São Paulo, between the years 2002 and 2005. In both cases, there is the transformation of security in goods, and among the differences, it was possible to note in Rio de Janeiro an ideology for the military security in cities, in particular through the centrality of the concept in the C3I (symbol of military functions: command, communication, control and intelligence or information). The program in Rio de Janeiro shows possibilities of understanding the functioning of power nowadays and signals that we can go behind of "punitive city" (DE GIORGI, 2006) and the "militarization of public space" (DAVIS, 1993), when we consider that the conflict in certain areas of city makes concrete the definition of "politics as war continued by other means" (FOUCAULT, 2002).

Keywords: surveillance, security, war, power, city

INTRODUÇÃO

O presente trabalho volta-se para as tecnologias eletrônicas de monitoramento como forma de vislumbrar sua conexão com os deslocamentos e transformações que vêm ocorrendo no significado da segurança e na mobilidade nas cidades. De forma geral, não há aqui o intuito de dialogar em profundidade com o campo da segurança pública, da criminologia ou do urbanismo, mas tão somente fazer emergir questões que participam das mudanças nessas áreas e que compõe um cenário mais amplo de transformações.

O foco inicial sobre tecnologias de monitoramento em espaços de circulação pública abre diversas possibilidades analíticas, seja por sua proximidade com o campo da sociologia da tecnologia, ou pela interface que pode ser estabelecida com áreas como a de urbanismo e arquitetura, geografia, ou de temas como violência, criminalidade e segurança. Em todos esses casos é importante ressaltar que o olhar que parte da tecnologia não pressupõe que exista uma determinação da técnica sobre as transformações que se queira observar ou salientar. Este foco deve ressaltar a participação das tecnologias de monitoramento nas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais na contemporaneidade.

Distante de avaliar a necessidade ou validade dessas tecnologias para segurança, a escolha por esse ponto de partida deve-se ao ângulo de visão que essas tecnologias proporcionam. A tecnologia formulada pelo homem incorpora, abriga, concretiza e concentra um modo de pensamento e pode ser um ângulo privilegiado para fazer emergir as visibilidades e

invisibilidades de uma época, ou ainda, funcionar heuristicamente como ponto de partida para uma investigação acerca dos dispositivos de funcionamento do poder na atualidade.

Tendo em vista esses objetivos, o texto que segue traz uma proposta inicial para análise do *Programa Um Olho no Céu*, um projeto experimental de monitoramento implementado em setembro de 2002, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, e extinto no final de novembro do mesmo ano. As principais fontes para esse trabalho, ainda em desenvolvimento, são textos de jornais e revistas que circularam no período, o relatório final do projeto redigido pela empresa Lightship Brasil (ativamente envolvida em sua execução), e uma entrevista com um membro do governo nesse período.

O texto a seguir é composto pela apresentação das características gerais do *Programa Um Olho no Céu*, a partir do relatório supracitado, e pelo apontamento de novos discursos, deslocamentos e esvaziamentos de sentido, possíveis de serem observados não apenas por sua presença nesse programa, mas também porque se destacam quando comparados com o monitoramento, também por câmeras, no Parque da Luz, no centro da cidade de São Paulo¹. A partir dessa comparação, o texto identifica as proximidades e diferenças entre o uso de tecnologias de monitoramento para segurança nas cidades, e finaliza com indicações de autores e conceitos que podem colaborar para pensarmos o funcionamento do poder na atualidade.

UM OLHO NO CÉU

O *Programa Um Olho no Céu* foi um projeto piloto implementado a partir do início de setembro de 2002, em caráter experimental por 90 dias, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SSP-RJ). Após esse período de experiência e com a mudança de governo do estado, o projeto foi abandonado.

A curta vida do *Programa Um Olho no Céu* pode transmitir algumas falsas impressões, como por exemplo, a possível ausência de vigilância ou monitoramento executado de maneira mais contínua nos espaços de circulação pública, da cidade do Rio de Janeiro. Sobre esse ponto é importante ressaltar, que não se trata aqui de observar a realidade mais ampla da vigilância nessa região, inclusive porque existe uma utilização intensa de câmeras para o monitoramento em toda

¹ Os dados dessa outra pesquisa estão apresentados de forma mais detalhada em um artigo (KANASHIRO, 2008) publicado na revista *Surveillance & Society*, e na dissertação de mestrado (KANASHIRO, 2006).

a orla do Rio de Janeiro. Como veremos, *Um olho no céu* é um caso bastante específico, que certamente difere em vários pontos dos vários projetos e implantações de sistemas de vigilância nos espaços públicos desses locais. Vale sublinhar que o que se pretende aqui é não é procurar o fato, o realizado, mas justamente buscar nuances e contornos da possibilidade de funcionamento e da operabilidade de um pensamento acerca da vigilância. O discurso do relatório nos revela tonalidades e intensidades do que se projeta, do que se constrói, deseja e cria em termos de vigilância.

Durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2002, o projeto foi realizado com a contratação, pelo governo, da empresa Lightship Brasil, que forneceu equipamentos, e em consonância com as demandas apresentadas pelo governo, elaborou a estratégia e a logística para implantação de *Um Olho no Céu*.

O programa consistiu na utilização de um dirigível que sobrevoou e filmou áreas da cidade do Rio de Janeiro e de sua região metropolitana (Grande Rio), que foram consideradas críticas em seus índices de criminalidade pela SSP-RJ. Essas áreas eram compostas em grande parte por favelas, e de acordo com o relatório, os locais de maior relevância foram as favelas: Complexo do Alemão, Morro do Dendê, Barreira do Vasco, São Gonçalo, e Cidade de Deus.

A aeronave, conhecida como Pax Rio, foi equipada com câmeras de monitoramento que alcançavam entre 10 e 15 quilômetros de distância e que podiam filmar também durante a noite e em condições adversas de visibilidade, mediante sensores, tais como o de infravermelho.

As imagens captadas eram transmitidas em tempo real para um centro de operações (COSI) localizado na SSP-RJ, onde um coordenador de ações policiais e outros especialistas recebiam e analisavam as imagens definindo-as como eventuais ameaças e planejando, a partir desses meios, sua forma de atuação.

De acordo com o relatório da Lightship Brasil foram produzidas em torno de 800 horas de filmagem do cotidiano das 386 áreas consideradas críticas, durante 1050 horas de vôo.²

² De acordo com membro do governo, vinculado à área de Planejamento Operacional da Secretaria de Segurança Pública em 2002, faz imagens obtidas com o monitoramento foram arquivadas e documentadas como material operacional de inteligência, e ao final do governo, foram deixadas nessa subsecretaria para tratamento de informações. No entanto, não está claro no relatório se essas imagens também puderam ser arquivadas pela empresa Lightship. No Brasil não há uma regulamentação específica sobre acesso e arquivamento de imagens de monitoramento.

“O Centro de controle foi idealizado de acordo com os mais avançados centros C3I [funções militares Comando, Comunicação, Controle e Inteligência ou Informação] do mundo e seguindo conceitos militares. A sala continha imagens dos sensores do dirigível Pax Rio, imagens das câmeras da CET Rio [Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro], imagens de televisão, imagens fornecidas por software da PM [Polícia Militar] indicando a posição geográfica das viaturas policiais, rádios de comunicação criptografados, bancos de dados digitais, sala de assistência VIP, enfim, todos os meios necessários para prover a adequada coordenação das ações policiais” (RELATÓRIO DA LIGHTSHIP BRASIL, sem ano, p. 18) (grifos meus)

Observando as características desse sistema somadas ao trecho acima mencionado do relatório, vale destacar que a forma de interligação desse sistema de vigilância não era comum em outros sistemas de monitoramento para segurança nas cidades brasileiras, nesse período, assim como não é comum a centralidade explícita do conceito C3I. Sistemas tecnologicamente mais sofisticados eram encontrados nas feiras de segurança eletrônica realizadas no país nesse período, e alguns eram utilizados por condomínios residenciais ou comerciais mais luxuosos, mas praticamente não eram encontrados em sistemas da segurança pública.

Essa é portanto uma primeira diferença entre o caso de instalação de câmeras para segurança no Parque da Luz, na região central da cidade de São Paulo, e o projeto de monitoramento do *Programa Um Olho no Céu*. No entanto, a principal diferença entre esses dois casos diz respeito ao local da cidade aonde o monitoramento ocorria. No caso da região central de São Paulo, tratava-se de um espaço central da cidade que vem sendo, desde aquela época, lentamente transformado em um local de cultura, lazer e turismo, mas que para isso tem expulsado a população pobre dessa região em direção a periferia da cidade, ou seja, rumo às áreas realmente precárias da cidade. Já o *Programa Um Olho no Céu*, ocorre exatamente sobre essas áreas mais precárias, as favelas, que não estão ligadas a um processo de enobrecimento ou gentrificação³ do espaço urbano.

SOLUÇÃO PRIVADA E ESTADO MÍNIMO

³Segundo os passos de Rogério Proença Leite (LEITE, 2002), adota-se aqui o termo *gentrification*, um neologismo derivado do inglês *gentry*, que não tem uma tradução consensual entre autores e tradutores brasileiros, podendo ser encontrado como gentrificação ou enobrecimento.

Por outro lado, uma similaridade entre os dois casos é que assim como na pesquisa realizada no centro da cidade de São Paulo, também sobressai no relatório final do projeto do Rio de Janeiro, a ideia de inadequação do Estado em prover a segurança pública, e o aumento da violência e da criminalidade como cenário a ser modificado. Da mesma forma, a utilização de uma tecnologia considerada moderna e a segurança privada ou a contratação de serviços privados (como é o caso da Lightship) aparecem como soluções nesse quadro adjetivado como caótico.

Tanto no caso da Luz, como do programa do dirigível, as tecnologias de monitoramento são associadas a um projeto implícito mais amplo de transformação da segurança em mercadoria e ao crescimento mundial de sua circulação. Em ambos os casos, a justificativa de que a solução privada e os equipamentos eletrônicos de segurança vêm de encontro à necessidades e demandas por segurança não atendidas pelo Estado, que alimenta um processo de deslocamento da segurança como papel do Estado. No caso do dirigível, o rumo é dado pela parceria no projeto de segurança e contratação da empresa privada, mas acima de tudo pela importação de conceitos trazidos pela empresa.

O caso aqui não é discutir a falência ou não do Estado, os índices de criminalidade ou aumento da violência, mas pensar como essa justificativa funciona. E ela funciona justamente direcionando a segurança para o universo privado e minimizando o Estado, pois mesmo que a iniciativa do programa tenha sido da Secretaria de Segurança Pública, toda a estratégia, a logística, os equipamentos e treinamentos vieram da empresa privada Lightship, uma multinacional norte-americana, representada no Brasil nessa época pela Lightship Brasil, e hoje, representada pela Space Airships. É como se o próprio Estado sinalizasse a solução privada. De forma similar, os dois casos também acionam as ideias de medo e prevenção que vão estimular o crescimento do setor privado de segurança eletrônica, que é algo que também tem funcionado colaborando para a minimização do Estado.

O treinamento dado pela empresa focalizava o conceito C3I, eixo fundamental que guiou e estruturou toda concepção do programa e é tema central do relatório. A utilização de alguns equipamentos em terra e a condução do dirigível também foram temas do treinamento por que pouco utilizados no Brasil. Tanto o dirigível como a maior parte dos equipamentos foram

alugados pela SSP-RJ diretamente da matriz da norte-americana da empresa Lightship, que também forneceu a maior parte desses treinamentos⁴.

Assim, no programa em questão, a SSP-RJ adota uma solução advinda do setor privado, que é atravessada por esse novo significado da segurança tornada mercadoria. Mas nesse pacote em que se adquire a segurança, há objetos, conceitos, esvaziamentos, e significados novos, dentre os quais, o deslocamento de um ideário militar em direção à segurança urbana. Nesse ambiente tático e estratégico prevalece um saber técnico e de especialistas que desloca o caráter político das decisões.

Vejamos então esses pontos: os novos discursos que caracterizam o *Programa Um Olho no Céu*, a saber, o do terror e da guerra, permeados por deslocamentos e por esvaziamento de sentidos.

TERROR ALAVANCA A VIGILÂNCIA E ESVAZIA SENTIDOS

Distante das descrições da imprensa acerca da situação na região central de São Paulo, e próximo da forma como a mídia tem amplificado ou destacado a violência no Rio de Janeiro, o relatório imprime um caráter de terror à cena⁵.

“Após a fase dos sequestros – diz o relatório - hoje o tráfico de drogas desceu o morro e tomou conta do asfalto. As vias expressas do Rio de Janeiro vivem sob a égide do terror. A falta de ações integradas, comunicação e aparelhagem, que possam fazer frente ao forte armamento utilizado pelos criminosos, têm deixado a sociedade indefesa. Os programas sociais, única forma efetiva de resgate da cidadania, necessitam da garantia da ação policial repressiva, para evitar o constrangimento das comunidades por grupos armados, impondo o terror e aliciando os jovens, sobretudo nas áreas carentes”. (RELATÓRIO DA LIGHTSHIP BRASIL, sem ano, p. 1)

O quadro de terror, medo e ameaça está dado e com a força dos termos também se amplifica a necessidade de solução, que não é como na Luz o resgate de um passado glorioso da cidade ou

⁴“os operadores de imagens e pilotos em formação, receberam treinamento no manuseio do sistema durante 10 dias, ministrados pelos técnicos do fabricante. (...) Após a primeira semana de operações a câmera (...) foi substituída por um modelo mais moderno e (...) considerado ideal para o programa, sob supervisão de um funcionário do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.” (RELATÓRIO DA LIGHTSHIP BRASIL, pp.9 e 10).

⁵ No Brasil, os projetos de monitoramento estão mais vinculados a segurança urbana e a ideia de terror não é vinculada ao terrorismo como na Europa ou América do Norte. De uma forma geral, os projetos de monitoramento estão profundamente vinculados à segurança privada e não fazem parte de um projeto específico do Estado, assim como não há leis que regulamentem a utilização massiva de equipamento eletrônicos de vigilância.

um futuro limpo, vigiado e seguro, mas um “resgate da cidadania” garantida “pela ação policial repressiva”, como diz o texto⁶. Diante disso é o caso de perguntar com indignação e ironia: de qual cidadania esta se falando aqui? Certamente é algo que está distante da noção que vem sendo cunhada no bojo dos movimentos sociais desde a década de 1970 como “nova cidadania” ou “cidadania ampliada” (DAGNINO, 2004), que inclui a noção de “direito a ter direitos” e que se caracteriza pela criação, invenção e definição de novos direitos pelos sujeitos, agentes políticos ativos. Cidadania, portanto, não se trata da mera inclusão de pessoas em um sistema previamente dado e definido, num processo de cima para baixo.⁷.

Ademais, o esforço por encontrar qualquer sentido para cidadania torna-se vã diante da necessidade de garantia pela ação repressiva. Não há cidadania possível que possa estar interligada a ideia de repressão, e quando ocorre uma interligação como essa, o que se vê é o completo esvaziamento do sentido de cidadania enquanto um processo político, no limite um esvaziamento da própria política.

Indo do terror ao esvaziamento da política, é importante lembrar aqui o que a socióloga Maria Célia Paoli (PAOLI, 2007) afirma ao tratar de violência e política. De acordo com ela, a gestão da sociedade, a violência e a produção de um consenso sobre a cidade operam por um dispositivo duplo que dissolve sujeitos políticos, seus territórios de demandas e suas exigências críticas.

“De um lado, aparecem os programas técnicos governamentais e não governamentais [...] para atenuação das carências [...] De outro, a violência opera pela manutenção da insegurança, cuja forma de controle repressivo se confunde com a própria transgressão [...] Em ambos os casos, constituem-se presenças públicas que tentam aparecer como políticas responsáveis [...] mas de fato a política é estilhaçada na proliferação desses seus duplos, já que técnicas de intervenção social focalizadas e a violência institucional de controle passam crescentemente como ações governamentais ou privadas de políticas de prevenção, comandadas por um contexto de insegurança que justifica qualquer

⁶ O senso comum acerca da perseguição de traficantes em favelas no Brasil afirma que prover a segurança necessita de uma ação policial repressiva diante de criminosos fortemente armados. No entanto, essa é uma posição que desconsidera a corrupção da polícia brasileira, muitas vezes envolvida com o próprio tráfico de drogas, assim como também não leva em conta as inúmeras mortes causadas por essa forma de atuação, e a dinâmica do tráfico no país que sinaliza que as prisões de traficantes não eliminam o problema do tráfico de drogas.

⁷ Dagnino (2002) discute a noção de cidadania ampliada contrapondo-a a 1) cidadania enquanto um conceito liberal ou seja, “a reivindicação ao acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político já dado”; 2) a concepções de cidadania tradicionalmente vigentes no Brasil, a saber, “uma estratégia das classes dominantes e do Estado de incorporação política gradual dos setores excluídos, com o objetivo de uma maior integração social ou como uma condição legal e política necessária para a instalação do capitalismo”; 3)cidadania compreendida em sua conexão neoliberal com direito de consumir ou com solidariedade com a população pobre.

medida tomada [...] em nome do bem-estar de seus habitantes” (PAOLI, 2007, p. 228)

Paoli ainda indica que é nesse vazio da política que a violência e a gestão das populações se instalaram e substituem os espaços públicos, elas nos convencem que:

“diante de nossa urgência, o conhecimento especializado de técnicas e fórmulas de intervenção está aí para resolver os problemas com eficácia e nos proteger do incerto. O que elas configuram, no entanto, é um modo de gestão da vida coletiva que faz repetir, mais uma vez, o bloqueio dos caminhos que podem revitalizar o impulso das ideias e ações democráticas, ou seja, a política.” (PAOLI, 2007, p. 226)

GUERRA E CENTRALIDADE DO CONCEITO C3I

Sobre o Parque da Luz e seu entorno, os sinais dados pela imprensa eram de degradação e decadência contrapostos, por um lado, a um passado em que o lugar simbolizava a modernização e o lazer, por outro, a um futuro que necessita da “limpeza” e vigilância da região para que ela possa voltar a ser desfrutada. Mas no caso das 386 “áreas críticas” monitoradas pelo dirigível nomeado Pax Rio não se trata de realizar uma “revitalização”, ou melhor, uma “gentrificação” ou enobrecimento do espaço.

Naquele caso, foi possível notar que as câmeras de vigilância estavam conectadas a um lento processo de transformação da região central da cidade em pólo de cultura, lazer e turismo, e que para tanto vem realizando a exclusão de figuras consideradas inadequadas, tais como moradores e meninos de rua, pessoas que ocuparam os prédios da região, vendedores ambulantes, ou consumidores de droga, dentre outros, que continuamente têm sido deslocados para os locais mais precários da cidade, quando não para o sistema penitenciário em crise⁸.

Foi possível notar, naquela ocasião, que para além do isolamento em enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000), havia um investimento de parcela da população em ampliar sua própria mobilidade para essa região central. Não é excessivo aqui lembrar que esse processo na região da Luz encontra-se ainda em andamento, e que várias desocupações de prédios tiveram um caráter

⁸ Enquanto Loïc Wacquant (1998) defende a passagem de um Estado de Bem-Estar Social para um Estado Penal nos Estados Unidos, que padronizaria a prisão como solução para o gerenciamento da miséria, Zygmunt Bauman (1999) afirma que a prisão passou de uma estratégia de recuperação a uma estratégia de imobilização.

Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina, Curitiba, 2009

bastante violento, que também foi acentuado pelo simultâneo fechamento de albergues na região. No caso do projeto do dirigível no Rio de Janeiro, não se trata de aumentar a mobilidade de um grupo, mas de imobilizar grupos ou pessoas nas regiões mais precárias da cidade, e em lugar da exclusão de um grupo, sobressai o reconhecimento e identificação do perfil do adversário, a construção de bancos de dados sobre pessoas consideradas perigosas, a perseguição, e a associação direta de monitoramento e guerra. Isso fica claro no relatório pela centralidade que o conceito C3I adquire no texto.

Vários são os autores que relacionam as funções militares Comando, Controle, Comunicação e Inteligência (ou Informação) ao surgimento de novas tecnologias de comunicação e de monitoramento⁹. Não se trata aqui de discutir essa aproximação, mas tão somente sinalizar o caráter central desse conceito no *Programa Um Olho no Céu* e a emergência de um discurso declarado de deslocamento de táticas e estratégias de guerra para a segurança urbana, em especial, sobre as áreas mais pobres da cidade. Note-se que é ligado a esse conceito que o monitoramento é testado e experimentado nessas áreas, sendo que algumas delas são chamadas pejorativamente pelos operadores da polícia de Faixa de Gaza.

Com relação a questão tática e estratégica, por exemplo, o Caso do *Programa Um Olho no Céu* também difere do caso da região da Luz quando se observa que o sistema de monitoramento para vigiar ruas, praças, parques, avenidas, ou shoppings, por exemplo, é geralmente definido pelos operadores dos sistemas de segurança, pela mídia, pelo mercado de segurança e no âmbito legislativo como um recurso para inibir assaltos, evitar depredações e identificar criminosos. Esta definição foi amplamente incorporada como justificativa também pelos consumidores de tais produtos. Em muitas ocasiões esses equipamentos instalados em locais de circulação pública vêm acompanhados de um aviso, de fato, uma proposta de aceitação cordial: Sorria, você está sendo filmado.

⁹ De acordo com Carvalho (2006), que estudou a trajetória da Internet no Brasil, o C3I surgiu no contexto de reestruturação do Departamento de Defesa dos Estados Unidos diante do lançamento russo do satélite Sputnik I, em 1957. A ARPA (Advanced Research Projects Agency) foi a agência militar de pesquisas responsável pelo restabelecimento da vanguarda norte-americana em ciência e tecnologia, que no início da década de 1960, desmembrou-se em pequenas unidades para identificar e explorar novas áreas apropriadas para a pesquisa de longo prazo. “Uma dessas áreas foi relativa ao C3I, para a qual foram propostas pesquisas na área de processamento, análise e tomada de decisão sobre um grande volume de informações, com intuito de aumentar a eficiência nos campos de batalha da guerra nuclear” (CARVALHO, 2006, p. 29).

Já o *Um Olho do Céu* utiliza dirigíveis exatamente pelo silêncio de sua aproximação, para que monitorem sem aviso de sua chegada, apesar de sua ostensiva presença flutuante. Ademais, este programa distancia aquela proposta de inibição ou prevenção de uma ação criminosa para ampliar e aprofundar a ideia de identificação e perseguição de criminosos, conectando à essas figuras uma identificação de inimigo de guerra.

De acordo com o relatório, a inteligência nesse sistema, por sua vez, refere-se à busca desse conhecimento sobre o perfil do adversário, permitida por uma observação constante e pela catalogação de seus hábitos e preferências, o que pode permitir ainda “até um razoável grau de acerto na previsão de seus próximos movimentos” (RELATÓRIO DA LIGHTSHIP BRASIL, sem ano, p. 4). Nesse sistema as informações são armazenadas em banco de imagens e de dados georreferenciados e orientados cronologicamente, o qual serve como ferramenta de planejamento.

Em sua conclusão o relatório ainda defende a utilização corrente do conceito C3I para a segurança urbana e a integração de bancos de dados em um banco nacional:

“O programa C3I, já utilizado em diversos países, pode ser implementado em qualquer cidade brasileira com problemas de criminalidade urbana, necessitando apenas a identificação da plataforma mais adequada (ou seja, é só uma questão técnica). Nesse aspecto, há diversas opções de aeronaves, tripuladas ou não. Imaginando a existência de programas C3I nas grandes cidades brasileiras, não seria difícil antever a possibilidade de integração de todas as informações num único banco de dados, em nível federal, e até sua compatibilização com o módulo de vigilância territorial Sivam” (RELATÓRIO DA LIGHTSHIP BRASIL, sem ano, p. 30).¹⁰ (grifo meu)

Apesar do programa experimental não ter se tornado permanente, os ideais que o cercam e compõe não só propõe sugestões de sua ampliação para futuros sistemas nacionais, como postula um formato de atuação continuamente acionado. Desde esta experiência cogita-se a utilização de helicópteros ou veículos aéreos não tripulados (VANTs, considerados pelos operadores menos custosos pela ausência de tripulação) equipados com câmeras para realizar o mesmo serviço oferecido pelo dirigível¹¹.

¹⁰ Sivam é a sigla para Sistema de Vigilância da Amazônia, um projeto das forças armadas no Brasil para monitorar o espaço aéreo da Amazônia.

¹¹ Sobre VANTs cf. BUENO, 2005. Em *Policia recebe o mais moderno helicóptero para o combate ao crime*, a Assessoria de Comunicação (Ascom) da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, afirma que o helicóptero terá Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina, Curitiba, 2009

Além desse aspecto da inteligência, o *Programa Um Olho no Céu* ainda dá outras pistas sobre o seu funcionamento ao destacar a importância do centro de operações do sistema contar com informações de controle em tempo real e com uma comunicação que seja imediata. O relatório diz: “*O controle em qualquer arena moderna exige acompanhamento em tempo real*”. Tal necessidade é justificada no texto como meio para permitir que o comando das operações seja exercido integralmente no mais alto nível possível, entendendo por isso, que o comando não seja fragmentado, nem que fique a cargo de escalões inferiores de decisão os quais não têm uma “*visão completa do cenário*”. Essa comunicação imediata é também, de acordo com o relatório, um requisito para “*permitir o fluxo essencial de ordens*”.(RELATÓRIO DA LIGHTSHIP BRASIL, sem ano, p. 30)

As características acima mencionadas dos itens de comando, controle e inteligência, assim como a aproximação da atividade de defesa estratégica ou militar das formas de promoção da segurança urbana podem ser indicações interessantes para se pensar por um lado, o poder como uma relação que associa guerra e política (FOUCAULT, 2002) e, por outro, para refletir acerca do funcionamento do poder a partir de mecanismos mais próximos das sociedades de controle de Deleuze (2000), do que das sociedades disciplinares de Foucault (1987).

Na prática, esse sistema envolve hoje a interação de pessoas com sistemas físicos, tais como computadores, sensores, telecomunicadores, processadores de imagens e meios de ação, num ambiente que os operadores desse sistema definem como “incerto”. Segundo o relatório da Lightship Brasil, essa incerteza¹² é a base conceitual de funcionamento do sistema, que ao invés de tentar organizar o caos, busca estabelecer as variações da incerteza desse cenário a ser vigiado para, a partir desse ponto, lidar com todas as possibilidades. Em comando, controle, comunicação e inteligência, interligam-se homens e máquinas, probabilidade, estatística, cálculo, estratégia e

como função apoiar as operações policiais e monitorar as principais vias da cidade. O equipamento é blindado contra tiros de fuzil (calibre 7.62 mm) e metralhadora (ponto 30). Para atuar no patrulhamento noturno, o novo helicóptero está equipado com farol de busca, câmera infravermelha utilizada para observação, gravação e identificação de pessoas, e também de armas por calor e mapeamento digital, com GPS (monitoramento por satélite).

¹²A ideia de incerteza como característica da contemporaneidade perpassa várias perspectivas analíticas seja de autores que defendem a modernidade reflexiva, tardia ou líquida, a hipermodernidade, pós-modernidade, ou sociedade pós-industrial. Apesar de não focalizar aqui este elemento, vale ressaltar a importância de sua análise como algo que também já constitui a formulação de sistemas de segurança. Operar ou agir em meio aos limites de variação da incerteza, para lidar com todas as possibilidades, significa uma atuação que enaltece e focaliza a antecipação e a prevenção, por conseguinte, esvazia possibilidades alternativas quando antecipa o futuro.

tecnologia. O C3I é feito para funcionar como um sistema orgânico que se aprimora ou evolui na medida em que é utilizado, de fato um híbrido (HARAWAY, 2000) dos nossos tempos.

No entanto, antes de apontar as possibilidades analíticas trazidas por Foucault (2002), Deleuze (2000) ou Haraway (2000), é importante concluir esse tópico sublinhando um último deslocamento vinculado ao sistema vigente no *Programa um Olho no Céu*. As falhas no âmbito do C3I são indicadas nesse modelo como “falhas técnicas e estratégicas”, o que reduz e retira o caráter político das decisões tomadas. É importante destacar aqui que o relatório aponta alguns exemplos do que qualifica como falha de comunicação: o episódio do ônibus 174, no Rio de Janeiro, e do que qualifica como falha de comando e controle: as ações de repressão policial em Eldorado dos Carajás, e a invasão do Presídio do Carandiru.

Apenas para marcar esse aspecto, deve-se frisar que o Massacre em Eldorado dos Carajás, no sul do estado do Pará, foi o assassinato pela Polícia Militar, de 21 integrantes do Movimento sem Terra (MST), no dia 17 de abril de 1996. De acordo com a perícia, pelo menos 10 mortos tinham características de execução, como por exemplo, indício de tiros à queima-roupa. O caso ocorreu durante uma passeata que o movimento organizou contra a morosidade do processo de desapropriação de terras no país. Já o Massacre do Carandiru ocorreu no dia 02 de outubro de 1992, quando a tropa de choque da polícia militar do estado de São Paulo invadiu o presídio para conter uma rebelião e matou 111 presos. Esse número oficial de mortos, muitos com indícios de execução, é até hoje contestado por ex-presidiários que presenciaram o massacre. O caso do ônibus 174, ocorrido em junho do ano 2000, foi o sequestro de um ônibus na zona sul do Rio de Janeiro, no qual a polícia matou uma refém, ao tentar atirar no sequestrador, o qual foi executado por asfixia dentro de um carro da polícia. É no deslocamento da questão, que debates que envolvem direitos humanos, democracia, e impunidade são transformados em algo essencialmente técnico, tático e estratégico¹³ e esvaziados de sentido.

Um outro ponto interessante no relatório da Lighship, é o principal objetivo do conceito C3I, explicado como a “efetividade na aplicação da força” o que “visa assegurar que as ações ofensivas e defensivas sejam executadas de modo mais rápido e com maior segurança, limitando os danos apenas aos alvos que se pretende atingir”. Os relatores complementam essa proposta associando as atividades de defesa estratégicas e militares à ação policial contra o crime

¹³ Colaboram para esse deslocamento e esvaziamento do caráter político das decisões, a velocidade entendida como um valor e a automação, tal como Virilio (1996) apresenta.

organizado da seguinte forma: “Em ambas, as ações operacionais devem ser conduzidas da maneira mais econômica possível, com o máximo de eficácia, no local e hora mais adequados, com os alvos certos e com o mínimo de perdas humanas”.

A HIPÓTESE DE NIETZSCHE E A SOCIEDADE DE CONTROLE

Aproximar a atividade de defesa estratégica ou militar das formas de promoção da segurança urbana e repressão do crime organizado remete a forma como Foucault (2002) inverte a proposição de Carl von Clausewitz (1780 - 1831), um general e estrategista militar prussiano que definiu a associação entre guerra e política da seguinte maneira: “a guerra é a continuação da política por outros meios”.

Foucault (2002, p. 22) alude à formulação de Clausewitz para se opor à ideia de funcionamento do poder como algo essencialmente repressivo (que ele nomeia hipótese de Reich), e para afirmar o funcionamento dos mecanismos de poder como manifestação das relações de força, em termos de enfrentamento, combate ou guerra (que denomina hipótese de Nietzsche). Ao afirmar que a “política é a guerra continuada por outros meios”, Foucault está argumentando que as relações de poder ancoram-se em uma certa relação de força estabelecida na guerra e pela guerra. É desta forma que a guerra torna-se o motor do exercício do poder político.

Para o filósofo, o poder político faz tanto reinar a guerra, como a paz, mas não com intuito de suspender os efeitos da guerra ou neutralizar um desequilíbrio ocasionado, mas sim para reinserir continuamente essa relação de força. “[...] a política é a guerra continuada por outros meios; isto é, a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra. [...] no interior dessa ‘paz civil’, as lutas políticas, os confrontos a propósito do poder, com o poder, pelo poder [...] deveria ser interpretado como as continuações da guerra”. (FOUCAULT, 2002, p. 23)

Nessa forma de analisar o poder, Foucault afasta-se do sistema “contrato-opressão”, atribuído à concepção jurídico-político do poder dos contratualistas e filósofos do século XVIII e também do marxismo e da psicanálise, e aproxima-se do sistema “guerra-repressão”. Nesse caso a repressão não é a opressão ou abuso relacionado ao contrato, mas “o simples efeito e prosseguimento de uma relação de dominação. A repressão nada mais seria que o emprego, no interior dessa

pseudopaz solapada por uma guerra contínua, de uma relação de força perpétua". (FOUCAULT, 2002, p. 23)

O *Programa Um Olho no Céu* ao mobilizar tecnologias e conceitos de guerra¹⁴ para a promoção da paz urbana parece concretizar de forma crua e incisiva o funcionamento do poder como guerra e enfrentamento. E não apenas porque retoma a guerra como princípio motor de funcionamento, mas porque mobiliza estratégias e táticas e relaciona-se com a produção de saberes e práticas específicas e não separáveis de determinados efeitos e objetos.

Em seu filme “Reconhecer e Perseguir”, o videasta Harun Farocki (2003) diz: “A guerra estimula o desenvolvimento técnico. A Segunda Guerra Mundial deu início ao desenvolvimento do computador, do avião a jato, emissão de ondas curtas, estereofonia e de várias outras coisas”. E em seguida pergunta: “Terão que haver mais guerras para os desenvolvimentos futuros? Ou será que as guerras de computador serão suficientes?” Mas sob a ótica da mobilização constante para a guerra, que vemos aqui deslocada para a segurança urbana, não há necessidade de novas guerras, pois a guerra já está dada e é contínua.

A concepção do programa e a utilização de equipamentos eletrônicos de vigilância nesse está vinculada a vários elementos importantes, dentre os quais, observou-se aqui em primeiro lugar a construção de um terror que justifica intervenções como a utilização de tecnologias de monitoramento para promoção da paz e da segurança, em segundo lugar, a migração e mobilização de conceitos e tecnologias militares para a área de combate a criminalidade e segurança urbana.

O aspecto de inteligência no C3I, mencionado anteriormente, faz emergir algumas das características pontuadas por Deleuze (2000) acerca das sociedades de controle, como o acompanhamento de informações em tempo real, a construção de bancos de dados, dentre outros,

¹⁴ É curioso notar que o nome Pax Rio dado ao dirigível recupera por um lado uma memória afetiva, um significado de nacionalista de inovação, empreendedorismo e aperfeiçoamento técnico para maximização de velocidade e otimização de energia. Isso porque Pax também era o nome do dirigível projetado em 1902, pelo brasileiro Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, que se tornou o “mártir da tecnologia aeronáutica”, por ter morrido num acidente com esse dirigível. O equipamento (um dirigível semi-rígido) tinha uma concepção inovadora em relação aos precedentes para otimizar sua velocidade, o gasto de energia e sua capacidade de manobra. Mas além dessa forma nostálgica de aliar alguns significados ao *Programa Um Olho no Céu*, ainda há a associação mais direta de Pax com Paz. No entanto, não é demais lembrar que expressões que carregam a palavra Pax, como Pax romana, Pax americana, Pax britânica, dentre outras, não se caracterizam pela ausência de conflitos, mas pela hegemonia política, econômica e militar de uma determinada nação sobre outras. (sobre Pax americana v. BERTONHA, 2007 e HURRELL, 2005).

mas também traz à tona elementos relativos à hipótese de Nietzsche, tal como apresentada por Foucault (2002).

O sistema C3I vincula-se a um híbrido, à relação homem-máquina que faz prevalecer a ideia de fluxo nesse processo e não mais de indivíduo. Vale ressaltar que no fluxo de informações ou no mar de dados captado pelo sistema do *Programa Um Olho no Céu* tornam-se visíveis aquelas figuras identificadas como “verdadeiro inimigo, em meio à honesta maioria de pessoas de uma comunidade”, no caso, em meio as favelas cariocas ou áreas consideradas críticas pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro. O relatório da Lightship Brasil coloca ainda que a vigilância é imprescindível para o sistema enaltecedo a formação de um único banco de dados de inteligência e imagens como fator essencial para o sucesso do programa.

Além desse aspecto da inteligência, o *Programa Um Olho no Céu* ainda dá outras pistas sobre o seu funcionamento ao destacar a importância do centro de operações do sistema contar com informações de controle em tempo real e com uma comunicação que seja imediata. O relatório diz: “O controle em qualquer arena moderna exige acompanhamento em tempo real”. Tal necessidade é justificada no texto como meio para permitir que o comando das operações seja exercido integralmente no mais alto nível possível, entendendo por isso, que o comando não seja fragmentado, nem que fique a cargo de escalões inferiores de decisão os quais não têm uma “visão completa do cenário”. Essa comunicação imediata é, de acordo com o relatório, um requisito para “permitir o fluxo essencial de ordens”, que ainda segundo o relatório é “uma condição para que se realize uma ação organizada”.

É na comunicação imediata, no fluxo de dados e de ordens desse sistema, na criação de banco de dados e do perfil do adversário que se pode observar o funcionamento do poder sendo exercido de forma mais incisiva.

Sob esse aspecto, é importante lembrar que o poder via comunicação imediata e o universo dos bancos de dados são apontados por Deleuze (2000) como constituidores das sociedades de controle. Este outro filósofo sinaliza uma outra forma de funcionamento do poder na atualidade, que difere da sociedade disciplinar tal como apresentada por Foucault (1987).

No caso do dirigível há uma proximidade maior com as máquinas de terceira espécie e com as sociedades de controle, tal como pontuadas por Deleuze:

“É fácil fazer corresponder a cada sociedade certos tipos de máquina, não porque as máquinas sejam determinantes, mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de lhe darem nascimento e utilizá-las. As antigas sociedades de soberania manejavam máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios; mas as sociedades disciplinares recentes tinham por equipamento máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem; as sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e, o ativo, a pirataria e a introdução de vírus”. (DELEUZE, 2000, p. 223)

Donna Haraway (2000) em “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX” cita, dentre outros, o conceito C3I para sinalizar formas de união, interpenetração ou acoplamento entre corpo (orgânico) e máquina (tecnologia). Os próprios desenvolvedores deste conceito viam a interação homem-máquina como uma forma de integrar técnicas de computação eletrônica numa ciência unificada dos computadores¹⁵, assim como de comandar e controlar.

Apesar deste tema não ser analisado mais detidamente aqui, é interessante notar a importância das transformações apontadas por Haraway, as quais enevoam ou confundem as fronteiras entre natureza e cultura, ciência e política, tecnologia e sociedade. Nesse contexto, conceitos como os de sujeito, indivíduo, subjetividade, ou humanidade também não podem mais ser pensados em seu retrato canônico. Apesar de polêmicas dentro das Ciências Sociais, essas observações podem suscitar uma nova forma de olhar que faz emergir questões importantes na atualidade.

O conceito de ciborgue¹⁶ nos força a pensar não mais em termos de sujeitos ou indivíduos, mas em termos de fluxos e intensidades. Essa passagem, que pode ser utilizada como recurso heurístico, pode ser crucial quando se procura verificar como funcionam os atuais mecanismos de poder. É nesse sentido que migração e mobilização de conceitos e tecnologias militares, como o C3I, para a área de combate a criminalidade urbana sob a perspectiva de Haraway pode fazer

¹⁵ Ainda não existiam computadores interativos naquela época e as pesquisas direcionaram-se para a criação de comunicação de redes de computadores. (CARVALHO, 2006)

¹⁶ Ciborgue refere-se a um híbrido humano e máquina que em Haraway serve como uma imagem condensada das transformações sociais e políticas contemporâneas ocidentais, e que estão associadas aos desafios trazidos pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Nesse sentido o ciborgue é um recurso que simboliza a ruptura de fronteiras conceituais, que dizem respeito tanto a percepção do mundo, quanto das relações sociais e de nós mesmos.

emergir a importância de se vislumbrar neste campo aquilo que é acionado, que opera ou torna-se visível neste contexto, a saber, o fluxo, em especial de informação.¹⁷

Contudo, afirmar que, tanto no caso da Luz, como do dirigível, as tecnologias de monitoramento aproximam-se mais do controle do que da disciplina não significa argumentar que não há mais nenhum elemento das sociedades disciplinares na atualidade, mas sim sinalizar que o poder se exerce de maneira mais incisiva e acima de tudo via controle, atualizando elementos que podem ser disciplinares ou até de soberania.

Afinal, não é possível afirmar que esses tipos de sociedade como analisadas por Foucault (1987) e Deleuze (2000) apareçam em seqüência. De acordo com Foucault (2006, p. 23) não é possível afirmar que mecanismos de funcionamento do poder sucedam-se de forma a provocar o desaparecimento dos precedentes. Para este filósofo ocorre um aperfeiçoamento das técnicas e uma mudança no sistema de correlação entre mecanismos diferentes. Nesse sentido, uma determinada tecnologia de poder pode colocar em funcionamento, dentro de sua própria tática, diferentes mecanismos, como se os atualizasse. Em suma, podem conviver mecanismos disciplinares, de soberania ou de controle.¹⁸

METRÓPOLE PUNITIVA E ZONAS DE EXTERMÍNIO

Além das possibilidades de compreender o Programa Um Olho no Céu por meio do debate acadêmico acerca de disciplina e controle, também é possível analisá-lo tem em vista a produção

¹⁷No filme “Reconhecer e perseguir”, de Harun Farocki (2003), diz-se em seu 27º minuto: “O ser humano parece ter desaparecido do teatro de guerra, tal como desapareceu das fábricas automáticas (...) Tais imagens operatórias deveriam também revelar uma outra visão do mundo que também estão a mostrar”. Estas imagens operatórias não servem a contemplação, mas a intervenção e ao esquadrinhamento. Indo além, Paul Virilio (2000 e 2005) sinaliza as tecnologias de guerra afetando a percepção e os corpos. Sobre Harun Farocki veja também DUARTE, 2005.

¹⁸Bietlot (2005) propõe a convivência de mecanismos de poder disciplinares e biopolíticas aperfeiçoadas, com mecanismos de controle, e ainda uma reaparição do velho poder soberano e do estado permanente de exceção face às ameaças de insegurança. Passetti (2004) parece percorrer caminho semelhante, sobrepondo controle, disciplina e soberania. No entanto, em Bietlot (2005) essa proposta é denominada pelo autor como sociedade securitária, que sucederia sociedades disciplinares. Na opinião deste autor, a desregulação neoliberal criou inevitavelmente e voluntariamente uma situação de insegurança (incerteza, falta de garantia) (mais nenhuma escolha é certa, tudo é precário), e de incerteza (instabilidade e obscuridade das regras do jogo) que os indivíduos são incitados. As desordens sociais engendradas por essa mesma situação fornecem as razões de ser aos seus controles e violências. Os dispositivos securitários se encarregariam não somente de prevenir a desordem, mas de defini-la e, eventualmente, suscitá-la. Para este autor, as práticas e discursos nesse cenário legitimam políticas e esses dispositivos propagam o medo, os sentimentos difusos de insegurança e conforto ou suscitam as angústias da população que reclama sempre mais medidas securitárias.

teórica acerca da segurança e da vigilância nas cidades, que têm sido abordada por vários autores. Dentre eles, Zukin (1995; 2003) afirma esses dois elementos como uma característica essencial dos processos de revalorização de centros urbanos. Já no final da década de 1980, Davis (1993, p.206) analisando a cidade de Los Angeles observa a “militarização do espaço público” ou uma “obsessão por sistemas de segurança física e controle arquitetônico das fronteiras sociais” por meio de uma tendência sem precedentes no sentido da fusão do urbanismo, da arquitetura e de um esforço abrangente de segurança. O autor detecta, nesse processo, arranjos que envolvem, por um lado, a ocultação da violência econômica cotidiana da cidade e, por outro, a definição de determinados grupos como perigosos.

De Giorgi (2006) também compartilha dessa análise ao construir sua “metrópole punitiva” e acrescenta que a “arquitetura urbana não se limita a tornar possível a vigilância segundo o modelo foucaultiano de cidade punitiva, mas sim se transforma, ela mesma, em dispositivo de vigilância, modalidade de uma repressão que se exerce, ainda mais uma vez, não mais sobre os indivíduos singulares, mas sobre classes inteiras de sujeitos. E ainda mais importante, a cidade não parece funcionar como um mecanismo orientado para determinar, nos indivíduos, a interiorização de valores disciplinares, a aquisição de modelos regulados, a obediência a estilos de vida préconstituídos”. (DE GIORGI, 2006, p. 102)

Apesar da ideia de repressão a que se refere De Giorgi (2006) ainda sinalizar uma perspectiva de poder que não é aquela do sistema “guerra-repressão” como discutido anteriormente, e deste autor recair em categorias marxistas com as quais Foucault procurou romper, destaca-se aqui a contribuição deste autor no que concerne a concepção da cidade transformada em dispositivo de vigilância, assim como o seu funcionamento não voltado para mecanismos disciplinares. Sobre esse segundo aspecto, no entanto, vale notar que o afastamento do poder disciplinar se dá na mesma medida em que a cidade é aproximada de tecnologias de monitoramento e vigilância.

As cidades e tecnologias de monitoramento, enquanto dispositivos de vigilância, atuam por antecipação de ações, na previsão dos próximos movimentos, operando e agindo nos limites da variação da incerteza. Essas tecnologias não se vinculam mais ao lugar ou tempo adequados para a punição exemplar, e sim à permissão ou recusa do acesso, que desloca e dilui a punição para o momento sempre imediato da mobilidade, da circulação.

Nas partes da cidade asseguradas, em especial pela segurança privada e utilização de sistemas de câmeras de monitoramento, as quais De Giorgi (2006) chama “guetos voluntários” e Davis Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina, Curitiba, 2009

(1993) denomina “ilhas de segurança” ou “de riqueza”, promove-se o desaparecimento do conflito por meio do afastamento de uma população considerada perigosa, indesejável e não condizente com o projeto de modernização de centros urbanos. Empurrada para locais assegurados por uma segurança pública erodida, a população considerada perigosa constitui para De Giorgi (2006) “guetos propriamente ditos” e, para Davis (1993), “ilhas de terror”, nas quais há um maior índice de lesões corporais, por exemplo, e que podem ser também entendidas como zonas de extermínio.

Um olho no céu sobre as favelas cariocas sinaliza para além da “metrópole punitiva” (DE GIORGI, 2006), que impede o encontro de diferentes e obstaculiza interações, o acirramento do conflito em determinadas áreas da cidade que torna concreta a definição de uma política que é definida pela guerra continuada por outros meios.

REFERÊNCIAS

- BIETLOT, M. “Du disciplinaire au sécuritaire: de la prison au centre fermé”. **Multitudes**, n. 11, 2003.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999
- BERTONHA, J.F. “A Pax britannica e a Pax americana”. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 70, ano VI, 2007. Disponível online: http://www.espacoacademico.com.br/070/70res_bertonha.htm. Acesso em: dezembro de 2007
- BUENO, S. S. (). “Robótica aérea”. **Revista ComCiencia**, edição n. 70, 2005. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/10/10.shtml>, Acesso em: novembro de 2007.
- CALDEIRA, T. **Cidades e muros, crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34 e Edusp, 2000.
- CARVALHO, M.S.R.M. **A trajetória da Internet no Brasil**: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança. 2006. 239 p. Impresso (dissertação). Coppe/UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2006.
- DAGNINO, E. “Sociedad civil, participación e cidadania: de que estamos falando?”. In: **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**, MATO, Daniel (coord)Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2004. Disponível online: <http://www.red.org.ve/view/docs/primeraspaginasr2.pdf>. Acesso em: novembro de 2007.

DAVIS, M. **Cidade de Quartzo, escavando o futuro de Los Angeles**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993

DE GIORGI, A. **A miséria governada através do sistema penal**. Rio de Janeiro: Renavan: Instituto Carioca de Criminologia (ICC), 2006.

DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000

DUARTE, S. N. D. “O que é uma imagem? A propósito do cinema de Harun Farocki”. In: **Rizoma.net**, 2005. Disponível online <http://www.rizoma.net/interna.php?id=216&secao=camera>. Acesso em: dezembro de 2006.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir, história da violência nas prisões**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987

_____. **Em defesa do sociedade**: curso do Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Seguridad, territorio, población**: Curso en el Collège de France: 1977-1978. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2006.

HARAWAY, D. “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX”, In: **Antropologia do ciborgue, as vertigens do pós-humano**. DA SILVA, Tadeu, Tomaz (org. e trad.). Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

HURRELL, A “Pax americana ou o império da insegurança”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 48, n. 2, p. 30-54, 2005. Disponível online: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a02v48n2.pdf>. Acesso em: agosto de 2007.

KANASHIRO, M.M. **Sorria, você está sendo filmado**: as câmeras de monitoramento para segurança em São Paulo. 2006. 123p. Impresso (dissertação). IFCH/Unicamp -Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 20 de janeiro de 2006.

_____. Surveillance cameras in Brazil: exclusion, mobility regulation and new meanings of security. **Surveillance & Society**, vol. 5, n. 3/4, p. 270-289, 2008.

LEITE, R.P. “Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.17, n.49, p.115-134, 2002.

PAOLI, M. C. “O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política”, In: OLIVEIRA, F; RIZEK, C.S. (org.) **A era da indeterminação**, São Paulo: Boitempo, p. 221- 257, 2007.

PASSETTI, Edson. “Segurança, confiança e tolerância, comandos da sociedade de controle”. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n.1, p.151-160, 2004.

RELATÓRIO da empresa Lightship Brasil. Disponível em:
<http://www.spaceairships.com.br/C3I/introducao.asp>, último acesso: jun. 2007.

WACQUANT, L. “A ascensão do Estado penal nos Estados Unidos”. **Discursos Sediciosos**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 11, pp. 13-39, 1998.

VIRILIO, P. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. **Estratégias da decepção**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000

VIRILIO, P. **Guerra e cinema: logística da percepção**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ZUKIN, S. **The Culture of Cities**, Oxford: Blackwell Publishers, 1995.

MATERIAIS ESPECIAIS: ENTREVISTA

Membro da área de planejamento e integração operacional, da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, no ano de 2002. Gravada em meio digital. Entrevista concedida a Marta Kanashiro. Arquivo pessoal.